

Elpídio **Donizetti**

Curso Didático de
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL

21.^a revista,
atualizada
edição e ampliada



| atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 18.12.2017

As 13 primeiras edições são da Editora Lumen Juris. A partir da 14ª edição, a Editora Atlas passou a publicá-la.

- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D737c

Donizetti, Elpídio

Curso didático de direito processual civil / Elpídio Donizetti. – 21. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-85-97-01519-5

1. Direito processual. 2. Processo civil. I. Donizetti, Elpídio.

17-46735

CDU: 347.91/.95(81)

Sumário

Parte Geral

Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

1. O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do novo Código.....	3
1. O Direito Processual Civil.....	3
1.1 Conceito e fontes.....	3
1.2 O Direito Processual Civil na perspectiva do novo Código.....	8
1.2.1 A estrutura do novo Código.....	9
1.2.2 Os diversos tons do novo Código.....	11
1.2.3 <i>Ex nihilo nihil fit</i> . O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém.....	14
1.2.3.1 O Direito Processual no Brasil.....	15
1.3 O sistema de precedentes consolidado pelo novo CPC.....	18
2. A principiologia do novo Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais..	25
1. Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoconstitucionalismo e neoprocessualismo.....	25
1.1 Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo.....	26
1.2 O “modelo constitucional do processo”.....	28
2. Princípios processuais como direitos fundamentais.....	29
2.1 Introdução: princípios, regras e valores.....	29

2.2	Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais).....	31
2.3	Positivização infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais	32
2.4	Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais	32
3.	Os princípios e as garantias processuais no novo Código de Processo Civil.....	32
3.1	Princípio do devido processo legal.....	34
3.2	Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º	36
3.3	Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º	37
3.4	Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º	38
3.5	Princípio da boa-fé processual – art. 5º	38
3.6	Princípio da cooperação – art. 6º.....	40
3.7	Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º.....	42
3.8	Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10	43
3.9	Princípio da ampla defesa.....	45
3.10	Princípio da função social do processo – art. 8º	47
3.11	Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º	47
3.12	Princípio da proporcionalidade – art. 8º.....	49
3.13	Princípio da razoabilidade – art. 8º	50
3.14	Princípio da legalidade – art. 8º	50
3.15	Princípio da publicidade – art. 8º	51
3.16	Princípio da eficiência – art. 8º	52
3.17	Princípio da lealdade processual.....	52
3.18	Princípio da motivação – art. 11	53
3.19	Princípio da cronologia – art. 12.....	54
3.20	Princípio da imparcialidade.....	55
4.	Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência	56
4.1	Princípio do juízo natural.....	56
4.2	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	57
4.3	Princípio da identidade física do juiz.....	58
4.4	Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível)	59
4.5	Princípio da adequação (ou da adaptabilidade).....	59
4.6	Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição	60

4.7	Princípios dispositivo e inquisitivo.....	60
4.8	Princípio da instrumentalidade das formas	60
4.9	Princípio da economia processual.....	62
4.10	Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado).....	62
4.11	Princípio da verdade real	64
4.12	Princípio da oralidade	64
4.13	Princípio da liberdade das partes no processo.....	65
4.14	Princípio da congruência.....	65
3.	Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15)	69
1.	Introdução.....	69
1.1	A lei processual civil no espaço.....	69
1.2	A lei processual civil no tempo	71
1.2.1	Direito intertemporal no novo CPC.....	75
2.	Normas processuais civis como fontes subsidiárias	77
4.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil.....	81
1.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual	81
2.	Jurisdição.....	82
2.1	Conceito de jurisdição.....	82
2.2	Características da jurisdição.....	82
2.2.1	Unidade	82
2.2.2	Secundariedade	85
2.2.3	Substitutividade.....	87
2.2.4	Imparcialidade.....	88
2.2.5	Criatividade.....	89
2.2.6	Inércia	90
2.2.7	Definitividade.....	91
2.3	Princípios da jurisdição.....	92
2.3.1	Princípio do juízo natural	92
2.3.2	Princípio da improrrogabilidade.....	94
2.3.3	Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade)	95
2.3.4	Princípio da inevitabilidade.....	95
2.3.5	Princípio da indelegabilidade.....	96
2.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	96

3. Tutela Jurisdicional	99
3.1 Principais espécies de tutelas jurisdicionais	101
3.2 Sistematização das tutelas jurisdicionais.....	104
3.3 Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu	107
3.4 Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil	108
4. Meios alternativos de pacificação social.....	111
4.1 Autotutela.....	113
4.2 Mediação e conciliação.....	113
4.3 Julgamento por órgão administrativo	114
5. Arbitragem	115
6. Ação	119
6.1 Conceito e evolução.....	119
6.2 O novo CPC e as “condições da ação”	122
6.3 Elementos da ação.....	124
6.4 Classificação das ações	127
7. Processo.....	131
7.1 Conceito	131
7.2 As várias visões do processo	134
7.2.1 Processo e procedimento	134
7.2.2 Processo como contrato	135
7.2.3 Processo como quase contrato	136
7.2.4 Processo como relação jurídica.....	136
7.2.5 Processo como situação jurídica	137
7.2.6 Processo como instituição jurídica.....	137
7.2.7 Processo como procedimento em contraditório.....	138
7.2.8 Processo como entidade complexa	138
7.3 Sujeitos do processo.....	140
7.4 Espécies de processo.....	140
8. Pressupostos processuais.....	141
9. Pressupostos e requisitos processuais.....	142
10. Os diversos planos do mundo jurídico	143
10.1 O plano da existência.....	143
10.2 O plano de validade	144
10.3 O plano de eficácia.....	144
11. Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais	145
11.1 Pressupostos processuais subjetivos	145

11.2	Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda	149
11.3	Requisitos processuais subjetivos de validade.....	149
11.4	Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual	156
11.5	Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos).....	158
11.6	Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo	160
11.7	Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte	164
11.8	Teorias da exposição e da asserção	165
12.	Processo eletrônico ou autos virtuais	167
5.	A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41).....	171
1.	Introdução.....	171
2.	Limites da jurisdição nacional.....	172
2.1	Competência concorrente.....	173
2.2	Competência exclusiva.....	176
2.3	Cláusula de eleição de foro	177
3.	Cooperação internacional.....	178
3.1	Introdução.....	178
3.2	Autoridade central	180
3.3	Reciprocidade.....	180
3.4	Mecanismos de cooperação internacional.....	181
3.4.1	Auxílio direto (ou assistência direta).....	181
3.4.2	Carta rogatória	183
3.4.3	Homologação de sentença estrangeira	184
6.	Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69).....	187
1.	Introdução.....	187
2.	Princípios norteadores da competência jurisdicional.....	188
2.1	Princípio do juízo natural	188
2.2	Princípio da competência sobre a competência (<i>Kompetenzkompetenz</i>)	188
2.3	Princípio da perpetuação da competência (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)	188
3.	Critérios determinativos da competência	189
3.1	Critério objetivo	190
3.1.1	Competência em razão do valor da causa.....	190

3.1.2	Competência em razão da matéria e em razão da pessoa	191
3.2	Critério funcional.....	194
3.3	Critério territorial.....	195
3.3.1	Foro geral.....	195
3.3.2	Foros especiais.....	196
4.	Metodologia para determinação da competência.....	200
5.	(In)competência absoluta e relativa.....	201
6.	Modificação da competência.....	203
6.1	Prorrogação.....	203
6.2	Conexão e continência.....	204
6.3	Eleição de foro (derrogação da competência).....	206
7.	Prevenção.....	207
8.	Regra da acessoriedade.....	209
9.	Conflito de competência.....	209
10.	Cooperação nacional.....	210
7.	Partes e procuradores (arts. 70 a 112)	215
1.	Partes.....	215
1.1	Conceito.....	215
1.2	Capacidade de ser parte.....	217
1.3	Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação <i>ad processum</i> : diversos nomes para o mesmo conceito.....	218
1.3.1	Capacidade processual dos cônjuges.....	220
1.3.2	Capacidade processual dos entes referidos no art. 75....	222
1.4	Incapacidade processual e irregularidade na representação.....	224
1.5	Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	225
1.5.1	Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé.....	228
1.6	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do novo Código de Processo Civil.....	231
1.6.1	O pagamento das despesas processuais.....	232
1.6.1.1	Do ônus de adiantar as despesas processuais....	232
1.6.1.2	Da obrigação final pelo custo do processo....	233
1.6.1.3	Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade.....	235
1.6.2	Os honorários advocatícios.....	237
1.6.2.1	Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais.....	241

1.6.2.2	Titularidade e cobrança dos honorários	243
1.7	Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos	251
2.	Procuradores	255
2.1	A capacidade postulatória conferida aos advogados	255
2.2	Procuração assinada digitalmente	257
2.2.1	Requisitos da procuração	258
2.3	Direitos dos advogados	259
3.	Sucessão das partes e dos procuradores	261
8.	Litisconsórcio (arts. 113 a 118)	263
1.	Conceito	263
2.	Classificação do litisconsórcio	264
3.	Hipóteses legais de litisconsórcio	265
3.1	Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual	266
4.	Litisconsórcio unitário e necessário	267
5.	Litisconsórcio necessário: ativo e passivo	269
6.	Litisconsórcio multitudinário	270
7.	Autonomia dos litisconsortes	271
9.	Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138)	277
1.	Noções gerais	277
1.1	Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no novo CPC	278
2.	Assistência (arts. 119 a 124)	279
2.1	Conceito	279
2.2	Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente ...	280
2.2.1	Assistência simples	280
2.2.1.1	Extensão da coisa julgada, efeitos da interposição de recursos na assistência simples e indiscutibilidade da justiça da decisão	281
2.2.2	Assistência litisconsorcial	282
2.3	Limite temporal para admissão do assistente e impugnação	283
3.	Denúnciação da lide (arts. 125 a 129)	285
3.1	Conceito	285
3.2	Hipóteses de admissibilidade	285
3.3	(Não) obrigatoriedade da denúncia	288
3.4	Procedimento	289

3.5	Procedimentos que admitem a denunciação.....	290
3.6	A possibilidade de condenação direta de seguradora	291
3.7	Julgamento da denunciação da lide e verbas de sucumbência....	293
4.	Chamamento ao processo (arts. 130 a 132).....	295
4.1	Conceito	295
4.2	Hipóteses de admissibilidade	296
4.3	Procedimento	297
4.4	Chamamento ao processo nas ações de alimentos	298
4.5	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor	300
5.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (arts. 133 a 137).....	301
5.1	Noções gerais	301
5.2	(Des)necessidade de ação autônoma.....	303
5.3	Legitimidade para a instauração do incidente	304
5.4	Desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	304
5.5	Hipóteses de cabimento	306
5.6	Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica	307
5.7	Efeitos da desconsideração	308
6.	<i>Amicus curiae</i> (art. 138).....	310
6.1	Introdução.....	310
6.2	O <i>amicus curiae</i> como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais.....	312
6.3	Natureza jurídica.....	313
6.4	Intervenção do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle de constitucionalidade.....	313
6.5	A intervenção do <i>amicus curiae</i> nos demais processos judiciais	314
6.5.1	Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i>	315
6.5.2	Procedimento para a intervenção	316
6.5.3	Momento para a intervenção.....	317
6.5.4	Interposição de recursos	318
6.5.4.1	Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção.....	318
6.5.4.2	Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas	319
6.5.5	Necessidade de advogado.....	320
7.	Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do novo CPC?	321
8.	A intervenção anômala das pessoas de Direito público.....	322

10. O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175)	325
1. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	325
2. O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional.....	332
3. Limites da decisão	333
4. Princípio da identidade física do juiz	333
5. Responsabilidades do juiz	334
6. Impedimentos e suspeição	335
6.1 Recusa dos impedidos ou suspeitos.....	338
7. Auxiliares da justiça	340
11. As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 e art. 133 da CF)	347
1. Introdução.....	347
2. As funções essenciais à justiça.....	349
2.1 O Ministério Público	349
2.1.1 Natureza da atuação.....	350
2.1.2 Princípios institucionais.....	351
2.1.3 Formas de atuação	352
2.1.4 Consequências da ausência do Ministério Público no processo	355
2.1.5 Prazos e responsabilidades.....	355
2.1.6 Impedimento, suspeição e incompetência.....	356
2.1.7 Legitimidade para recorrer	357
2.1.8 Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil	357
2.2 A Advocacia Pública.....	362
2.2.1 Funções.....	363
2.2.2 Autonomia	363
2.2.3 Formas de atuação	365
2.2.4 Prazos e responsabilidades.....	365
2.3 A Defensoria Pública.....	367
2.3.1 A Defensoria Pública como cláusula pétrea.....	368
2.3.2 Funções.....	368
2.3.2.1 As funções da Defensoria Pública no novo CPC.....	370
2.3.3 A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade.....	372

2.3.4	Princípios institucionais.....	374
2.3.5	Prazos e responsabilidades.....	375
2.4	A Advocacia Privada.....	377
12.	Atos processuais (arts. 188 a 293)	379
1.	Conceito	379
2.	Classificação dos atos processuais.....	380
2.1	Atos das partes.....	380
2.2	Pronunciamentos (ou atos) do juiz.....	381
2.2.1	Sentença.....	382
2.2.2	Acórdão	382
2.2.3	Decisão monocrática de relator.....	382
2.2.4	Decisão interlocutória	383
2.2.5	Despachos	383
2.3	Atos do escrivão	384
3.	Forma dos atos processuais.....	384
3.1	Convenção acerca da prática dos atos processuais	386
4.	Atos processuais praticados por meio eletrônico.....	389
4.1	Assinatura eletrônica	389
4.2	Informática jurídica	392
5.	Linguagem utilizada nos atos processuais	395
6.	Publicidade dos atos processuais.....	396
7.	O tempo e o lugar dos atos processuais.....	396
8.	Férias e feriado forenses	398
9.	Os prazos processuais	402
9.1	Classificação dos prazos.....	404
9.2	Principais prazos para a prática de atos processuais	407
9.3	O curso dos prazos.....	410
9.4	Contando os prazos	412
9.4.1	Termo inicial dos prazos	413
9.4.2	Algumas regras especiais sobre contagem de prazo	416
9.5	Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública	417
10.	Preclusão	417
11.	Descumprimento de prazos e penalidades	418
12.	Comunicação dos atos processuais.....	419
12.1	Meios pelos quais se realizam as citações e as intimações.....	420

12.2	Citação.....	423
	12.2.1 Citação pelo correio. É a regra.....	424
	12.2.2 Citação por oficial de justiça	426
	12.2.3 Citação por edital	426
	12.2.4 Citação por meio eletrônico	427
	12.2.5 Efeitos da citação	427
12.3	A interrupção da prescrição e da decadência como efeitos do despacho que ordena a citação	429
12.4	Declaração de ofício da prescrição e da decadência.....	430
12.5	Intimação	431
13.	Nulidades.....	433
13.1	Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia	433
13.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa	434
13.3	Sistema de nulidades no CPC.....	434
	13.3.1 Considerações gerais	434
	13.3.2 Momento de arguição da nulidade	435
	13.3.3 Decretação da nulidade e seus efeitos	436
	13.3.4 Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público.....	436
13.	Tutela provisória (arts. 294 a 311)	443
1.	Noções gerais	443
2.	A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias ...	445
3.	Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias.....	448
3.1	A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas (art. 295).....	448
3.2	A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada (art. 296, <i>caput</i>).....	448
3.3	O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297). A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (parágrafo único).....	449
3.4	Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz justificará as razões de seu convencimento de modo claro e preciso (art. 298)	450
3.5	A competência para apreciar a tutela provisória será do juízo da causa quando ela for requerida em caráter incidental; será do juízo	

competente para conhecer do pedido principal quando requerida em caráter antecedente (art. 299).....	450
3.6 Tutela provisória e contraditório – a regra é a concessão antes de ouvir o demandado.....	450
4. Tutela provisória e recurso.....	451
5. Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	453
6. Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada).....	455
6.1 Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada).....	455
6.2 Requisitos para concessão das tutelas de urgência.....	456
6.3 Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência.....	457
6.4 Momento para o deferimento das tutelas de urgência.....	458
6.5 A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada.....	458
6.6 Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência..	459
7. Da tutela cautelar.....	461
7.1 Das tutelas idôneas para asseguuração do direito.....	461
7.2 A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo.....	464
7.3 A tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	464
7.3.1 Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente	465
7.3.2 Cognição preliminar e apreciação do pedido de liminar	466
7.3.3 As possíveis atitudes do réu em face da citação e o encaminhamento do processo.....	466
7.3.4 Momento para formulação do pedido principal.....	468
7.3.4.1 E se o pedido principal não for apresentado no prazo de 30 dias da efetivação da tutela cautelar?.....	471
7.3.4.2 Consequências do indeferimento ou da não efetivação da tutela cautelar.....	471
7.3.5 O pedido principal – procedimento.....	473
7.3.6 Causas que fazem cessar a eficácia da tutela cautelar....	474
8. Da tutela antecipada.....	477
8.1 Linhas gerais sobre a tutela antecipada.....	477
8.2 Momentos para requerimento e concessão da tutela antecipada	478
8.3 Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	479

8.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	480
8.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de tutela antecipada liminar	481
8.3.3	O aditamento da petição inicial e a citação do réu.....	482
8.3.4	A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente	483
8.3.4.1	Estabilização da tutela antecipada – um bicho de duas cabeças.....	485
8.3.5.	Ação revisional da tutela antecipada estabilizada.....	485
8.3.6	Questões suscitadas acerca da estabilização da tutela antecipada	487
8.3.7	A estabilização da tutela antecipada se aplica às ações possessórias?	489
9.	Da tutela da evidência.....	491
9.1	Noções gerais.....	491
9.2	Situações jurídico-processuais que ensejam a concessão da tutela da evidência	493
14.	Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317)	499
1.	Visão geral do processo	499
2.	Formação da relação processual.....	499
2.1	Estabilização do processo.....	500
3.	Suspensão do processo	501
3.1	Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I)	502
3.2	Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II)	503
3.3	Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição	503
3.4	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	503
3.5	Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, <i>a e b</i>)	503
3.6	Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI)	504
3.7	Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VII).....	505
3.8	Suspensão para verificação da existência de fato delituoso.....	505
4.	Extinção do processo	505

Parte Especial

Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1.	Procedimento comum (arts. 318 a 512).....	509
1.	Noções gerais	509
2.	Determinação do procedimento	510
3.	Visão geral do procedimento comum	510
4.	Fase postulatória.....	512
4.1	Petição inicial.....	512
4.1.1	Requisitos da petição inicial	512
4.1.1.1	Requisito especial do art. 330, § 2º.....	515
4.1.2	O pedido e suas espécies	516
4.1.3	Alteração do pedido.....	518
4.2	Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação.....	518
4.2.1	Declaração de impedimento ou de suspeição	518
4.2.2	Emenda da petição inicial.....	519
4.2.3	Deferimento da petição inicial	519
4.2.4	Indeferimento da petição inicial	519
4.2.4.1	Recurso do indeferimento da inicial	521
4.2.5	Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar	521
4.2.5.1	Recurso contra a decisão de improcedência liminar	525
4.3	Audiência conciliatória	525
4.4	Resposta do réu	528
4.4.1	Exceção de impedimento ou suspeição.....	528
4.4.2	Contestação.....	533
4.4.2.1	Convenção de arbitragem	537
4.4.2.2	Alegação de ilegitimidade do réu.....	539
4.4.2.3	A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu.....	540
4.4.2.4	Contagem do prazo para a contestação.....	542
4.4.3	Reconvenção	542
4.4.4	Sistema de preclusão das diversas modalidades de resposta.....	545

4.5	Revelia.....	546
5.	Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo.....	548
5.1	Extinção do processo.....	549
5.2	Julgamento antecipado do mérito.....	550
5.3	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	551
6.	Saneamento e organização do processo.....	552
7.	Fase instrutória ou probatória.....	555
7.1	Audiência de instrução e julgamento.....	556
7.2	Provas.....	558
7.2.1	Produção antecipada da prova.....	564
7.2.2	Ata notarial.....	566
7.2.3	Depoimento pessoal.....	566
7.2.4	Confissão.....	568
7.2.5	Exibição de documento ou coisa.....	570
7.2.6	Prova documental.....	573
7.2.7	Arguição de falsidade.....	575
7.2.8	Documentos eletrônicos.....	577
7.2.9	Prova testemunhal.....	579
7.2.10	Prova pericial.....	583
7.2.10.1	Indeferimento e dispensa da prova pericial...	584
7.2.10.2	Prova técnica simplificada.....	585
7.2.10.3	Perícia consensual.....	585
7.2.10.4	Procedimento.....	586
7.2.10.5	Requisitos do laudo pericial.....	590
7.2.10.6	Nova perícia.....	591
7.2.10.7	Responsabilidade do perito.....	591
7.2.10.8	Assistentes técnicos.....	591
7.2.10.9	Escusa, impedimento e suspeição.....	592
7.2.10.10	Substituição do perito.....	593
7.2.10.11	O juiz e o laudo pericial.....	594
7.2.11	Inspeção judicial.....	596
7.2.11.1	Procedimento.....	598
8.	Fase decisória.....	599
8.1	Considerações gerais.....	599
8.2	Conceito de sentença.....	600
8.3	Sentença terminativa.....	600

8.3.1	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito.....	601
8.4	Sentença definitiva.....	605
8.5	Elementos essenciais da sentença	611
8.5.1	Ausência de fundamentação.....	612
8.6	Classificação e efeitos das sentenças definitivas.....	616
8.7	Conformação da sentença ao pedido	618
8.8	Sentenças <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i>	618
8.9	Sentença condicional.....	620
8.10	Sentença e fato superveniente	621
8.11	Modificação da sentença.....	622
8.12	Efeitos da sentença.....	623
8.13	Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa.....	625
8.14	Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade.....	627
8.15	Remessa necessária (art. 496).....	628
9.	Coisa julgada.....	632
9.1	Introdução.....	632
9.2	Conceito de coisa julgada.....	633
9.3	Limites da coisa julgada	635
9.3.1	Limites objetivos da coisa julgada.....	636
9.3.1.1	Coisa julgada e questão prejudicial.....	638
9.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada	640
9.4	Coisa julgada e relação jurídica continuativa.....	642
9.5	Coisa julgada nas ações coletivas.....	643
9.5.1	Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos.....	646
9.5.2	Coisa julgada e direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	648
9.5.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	648
9.5.4	A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas.....	648
9.6	Relativização da coisa julgada	650
9.7	Outros aspectos da coisa julgada	655
10.	Liquidação de sentença (arts. 509 a 512)	657
10.1	Noções gerais.....	657
10.2	Determinação do valor da condenação por cálculo do credor...	658
10.3	Liquidação na pendência de recurso.....	658

10.4	Procedimento	659
10.4.1	Liquidação por arbitramento.....	660
10.4.2	Liquidação pelo procedimento comum.....	660
10.5	Outros aspectos da liquidação.....	661
2.	Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538)	663
1.	Introdução.....	663
2.	Títulos executivos judiciais	664
3.	Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença	670
3.1	Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado e inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes.	673
4.	Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	676
4.1	Procedimento	679
5.	Cumprimento definitivo	680
5.1	Honorários advocatícios no cumprimento definitivo.....	684
5.2	Moratória legal e cumprimento de sentença	685
5.3	Impugnação (defesa do devedor).....	686
5.3.1	Legitimidade	687
5.3.2	(Des)necessidade de prévia garantia do juízo	687
5.3.3	Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação	688
5.3.4	Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo	694
5.3.5	Alegação de fato superveniente.....	695
6.	Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos.....	697
6.1	Introdução.....	697
6.2	Cumprimento da sentença pelo meio coercitivo da prisão	699
6.3	Cumprimento da sentença pela expropriação de bens	701
6.4	Cumprimento da sentença mediante desconto em folha	702
6.5	Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios	703
6.6	Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios... ..	703
6.7	Abandono material	705
7.	Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	706
7.1	Introdução.....	706
7.2	Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública.....	707
7.2.1	Pagamento por meio de precatório.....	707
7.2.2	Pagamento por meio de RPV	709

7.2.3	Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 da CF/1988.....	711
7.3	Procedimento	712
7.3.1	Impugnação e condenação em honorários.....	713
7.3.1.1	Honorários na execução invertida.....	714
7.3.1.2	Honorários nas condenações em ações coletivas.....	714
8.	Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer	715
8.1	Cumprimento provisório da multa.....	717
9.	Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa.....	719
9.1	Benfeitorias e direito de retenção e indenização.....	719
3.	Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009	721
1.	O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis	721
1.1	Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995)	723
1.2	Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001)	723
1.3	Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009)	724
2.	Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....	725
3.	Composição dos Juizados Especiais Cíveis.....	727
4.	Competência dos Juizados Especiais Cíveis	729
4.1	Considerações gerais	729
4.2	Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995)	729
4.3	Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001)	733
4.3.1	Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais.....	736
4.4	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009)	738
5.	Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	739
5.1	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	740
5.2	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001)	741
5.3	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009)	742
6.	Capacidade postulatória.....	743
7.	Intervenção de terceiro e litisconsórcio.....	745

7.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	745
7.1.1	Procedimento	747
8.	Intervenção do Ministério Público	748
9.	Medidas de urgência	749
10.	Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis	750
10.1	Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais	751
10.2	Os atos processuais nos Juizados Especiais federais	751
10.3	Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	752
11.	Extinção do processo sem resolução do mérito	752
12.	Sequência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais	753
12.1	Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais	753
12.2	Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais	755
12.3	Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	756
13.	Recursos cabíveis	757
13.1	Considerações gerais	757
13.2	Recurso inominado contra sentença (apelação)	758
13.3	Embargos de declaração contra sentença ou acórdão	760
13.4	Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela	762
13.5	Recurso extraordinário	763
13.6	Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência	764
14.	Outros meios de impugnação das decisões	768
15.	O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	772
16.	Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo	773
17.	Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais	776
17.1	Juizados Especiais estaduais	776
17.2	Juizados Especiais federais	778
17.3	Juizados Especiais da Fazenda Pública	780

Parte Especial

Parte III – Procedimentos Especiais

1.	Procedimentos especiais (arts. 580 a 718)	791
1.	Introdução	791
2.	Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549)	792

2.1	Noções gerais.....	792
2.2	Hipóteses autorizadoras da consignação.....	795
2.3	Objeto da consignação em pagamento.....	797
2.4	Modalidades de consignação.....	798
2.4.1	Consignação extrajudicial.....	798
2.4.2	Consignação judicial.....	800
2.5	Legitimidade para a ação de consignação.....	801
2.5.1	Legitimidade ativa.....	801
2.5.2	Legitimidade passiva.....	802
2.6	Foro competente.....	802
2.7	Procedimentos da consignação.....	803
2.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	803
2.8.1	Consignação de prestações sucessivas.....	804
2.8.2	Valor da causa.....	805
2.8.3	Citação.....	805
2.8.4	Atitudes do réu.....	805
2.8.5	Respostas do réu.....	806
2.8.6	Complementação do depósito.....	807
2.9	Instrução.....	807
2.10	Sentença.....	808
2.11	Outros aspectos da consignação em pagamento.....	808
2.11.1	Consignação principal e consignação incidente.....	808
2.11.2	Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito.....	808
2.11.3	Resgate de aforamento.....	809
3.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553).....	813
3.1	Noções gerais.....	813
3.2	Legitimidade.....	813
3.3	Competência.....	814
3.4	Procedimento.....	814
3.4.1	Primeira fase.....	815
3.4.1.1	Respostas possíveis.....	816
3.4.1.2	Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas.....	817
3.4.2	Segunda fase.....	818
3.4.3	Sucumbência na ação de exigir contas.....	820
4.	Ações possessórias (arts. 554 a 568).....	822

4.1	Noções gerais sobre a posse.....	822
4.2	Natureza jurídica da posse.....	823
4.3	Classificação da posse.....	824
4.4	Proteção possessória.....	825
4.4.1	Uma pitada de história.....	825
4.4.2	O juízo possessório e o juízo petitório.....	826
4.4.3	Ações possessórias típicas.....	828
4.4.4	A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência.....	829
4.4.5	Outros mecanismos para a tutela da posse.....	831
4.6	Fungibilidade das possessórias.....	832
4.7	Natureza dúplice das ações possessórias.....	833
4.8	Procedimento das ações possessórias.....	833
4.8.1	Legitimação e intervenção de terceiros.....	834
4.8.2	Competência.....	835
4.8.3	Petição inicial.....	836
4.8.4	Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar, mediante justificação prévia ou em qualquer momento procedimental.....	838
4.8.4.1	Justificação prévia.....	839
4.8.5	Respostas do réu.....	840
4.8.5.1	Reconvenção.....	841
4.8.5.2	A exceção de domínio.....	842
4.9	Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos.....	843
4.10	Litígios coletivos pela posse de bem imóvel.....	845
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598).....	849
5.1	Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação.....	849
5.2	Procedimento da ação demarcatória.....	850
5.3	Procedimento da ação divisória.....	852
5.4	Demarcação e divisão por escritura pública.....	853
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609).....	854
6.1	Introdução.....	854
6.2	Objeto.....	855
6.3	Legitimidade.....	856
6.4	Competência.....	857

6.5	Procedimento	857
7.	Inventário e partilha (arts. 610 a 673)	860
7.1	Introdução.....	860
7.2	Espécies de inventário	862
7.3	Inventário negativo	862
7.4	Inventário extrajudicial	863
7.5	Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial	864
7.5.1	Legitimidade	864
7.5.2	Competência	866
7.5.3	Intervenção do Ministério Público	867
7.5.4	Petição inicial.....	867
7.5.5	Administração provisória e inventariança.....	868
7.5.6	Primeiras declarações	870
7.5.7	Citação	871
7.5.8	Impugnação às primeiras declarações.....	871
7.5.9	Avaliação dos bens e últimas declarações	872
7.5.10	Pagamento das dívidas do autor da herança	873
7.5.11	Colaço e sonegação	873
7.6	A partilha propriamente dita.....	874
7.6.1	Sobrepilha	876
7.6.2	Invalidação da partilha.....	876
7.6.3	Partilha e a sucessão do nascituro.....	877
7.7	Procedimento do arrolamento sumário.....	877
7.8	Procedimento do arrolamento comum.....	879
8.	Embargos de terceiro (arts. 674 a 681)	884
8.1	Noções gerais	884
8.2	Legitimidade para os embargos	885
8.2.1	Legitimidade ativa.....	885
8.2.1.1	Legitimidade ativa do promissário comprador	888
8.2.2	Legitimidade passiva.....	889
8.3	Competência.....	890
8.4	Momento para a oposição dos embargos de terceiro	890
8.5	Procedimento	891
8.5.1	Petição inicial.....	891
8.5.2	Da liminar	892

8.5.3	Citação.....	893
8.5.4	Contestação.....	893
8.5.5	Sentença.....	893
8.6	Outras questões processuais.....	894
8.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica.....	894
8.6.2	Embargos de terceiro e fraudes.....	895
9.	Oposição (arts. 682 a 686).....	900
9.1	Introdução.....	900
9.2	Aspectos da oposição.....	900
9.3	Procedimento.....	900
10.	Habilitação (arts. 687 a 692).....	902
10.1	Considerações gerais.....	902
10.2	Aspectos do procedimento da habilitação.....	902
11.	Ações de família (arts. 693 a 699).....	903
11.1	Introdução.....	903
11.2	Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010.....	904
11.2.1	Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010.....	906
11.3	Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos.....	907
11.3.1	Legitimidade e intervenção de terceiros.....	909
11.3.2	Contestação.....	909
11.3.3	Reconvenção.....	910
11.3.4	Revelia.....	911
11.3.5	Tutelas provisórias.....	912
11.3.6	Sentença.....	912
11.4	Implicações da dissolução matrimonial.....	913
11.4.1	O nome de casado.....	913
11.4.2	Os alimentos.....	914
11.4.3	Guarda dos filhos.....	915
11.5	Reconhecimento e extinção de união estável.....	916
11.5.1	União estável como entidade familiar.....	916
11.5.2	Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável.....	917
11.5.3	Extinção da união estável.....	919
11.6	Guarda, visitação e filiação.....	921
11.6.1	A questão da guarda compartilhada.....	921
11.7	Especificidades das ações de família.....	922

11.7.1	Foro competente.....	922
11.7.2	Incentivo à conciliação e mediação	923
11.7.3	Citação.....	924
11.7.4	Intervenção do Ministério Público.....	924
11.7.5	Alienação parental	925
12.	Ação monitória (arts. 700 a 702).....	927
12.1	Introdução.....	927
12.2	Natureza jurídica da ação monitória	929
12.3	Legitimidade e interesse de agir.....	931
12.4	Prova documental como pressuposto da tutela monitória.....	933
12.5	Objeto da ação monitória	937
12.6	Competência.....	937
12.7	Procedimento	938
12.7.1	Petição inicial.....	938
12.7.2	Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitório.....	938
12.7.3	Citação.....	939
12.7.4	Respostas possíveis do devedor.....	940
12.7.5	Natureza jurídica dos embargos monitórios	941
12.7.6	Processamento dos embargos.....	942
12.8	Sentença.....	943
12.9	Coisa julgada.....	945
12.10	Execução	947
12.11	Outras questões processuais	947
12.11.1	Possibilidade de ajuizamento de ação monitória em face da Fazenda Pública	947
12.11.2	Ação monitória contra incapazes.....	948
12.11.3	Ação monitória contra massa falida e devedor insolvente.....	949
12.11.4	Litigância de má-fé.....	950
13.	Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706)	952
13.1	Introdução.....	952
13.2	Homologação judicial.....	953
13.3	Homologação extrajudicial.....	954
14.	Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711).....	955
15.	Restauração de autos (arts. 712 a 718).....	958
16.	Procedimentos especiais extintos com o novo CPC.....	961

2. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770).....	963
1. Disposições Gerais.....	963
1.1 Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária	965
1.2 Procedimentos previstos no art. 725	968
2. Notificação e interpelação (arts. 726 a 729).....	971
3. Alienações judiciais (art. 730)	972
4. Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734).....	973
4.1 Noções gerais	973
4.1.1 A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges?..	974
4.1.2 Manutenção da separação judicial e extrajudicial	977
4.2 Separação judicial consensual	980
4.3 Divórcio judicial consensual.....	980
4.4 Extinção consensual de união estável.....	981
4.5 Alteração do regime de bens do matrimônio.....	982
4.6 Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável.....	985
4.6.1 Petição inicial.....	985
4.6.2 Tentativa preliminar de reconciliação	986
4.6.3 Sentença.....	987
4.7 Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais.....	988
4.7.1 Generalidades	988
4.7.2 Via administrativa: faculdade ou imposição?.....	989
4.7.3 As formalidades da escritura pública	991
4.7.3.1 Conteúdo da escritura pública	991
4.7.3.2 Efeitos da escritura.....	993
4.7.4 Presença do advogado	993
4.7.5 Condições para o acesso à via extrajudicial.....	994
4.7.6 Atuação do Ministério Público	994
4.7.7 O papel do tabelião	994
5. Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737).....	999
6. Herança jacente (arts. 738 a 743)	1002
7. Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745)	1004
7.1 Disposições suprimidas pelo novo CPC.....	1005

8. Das coisas vagas (art. 746).....	1007
9. Da interdição (arts. 747 a 758)	1008
9.1 Considerações gerais	1008
9.2 Procedimento da interdição	1012
9.2.1 Competência.....	1012
9.2.2 Legitimidade	1012
9.2.3 Petição inicial.....	1014
9.2.4 Citação e demais atos do processo.....	1015
9.2.5 Levantamento da curatela	1018
9.2.6 Interdição parcial	1018
9.3 Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763).....	1019
10. Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765)	1021
10.1 Elaboração, aprovação e alteração do estatuto	1021
10.2 Extinção da fundação	1022
11. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770)	1024
11.1 Noções gerais	1024
11.2 Procedimento	1024

Parte Especial

Parte IV – Processo de Execução

1. Teoria geral da execução (arts. 771 a 796).....	1029
1. Introdução.....	1029
2. Tutela executiva	1031
3. Competência para a execução	1033
3.1 Modificação ou prorrogação da competência.....	1034
3.2 Prevenção do juízo executivo	1035
3.3 Declaração de incompetência na execução	1036
3.4 Conflito de competência na execução.....	1036
4. A ação de execução	1037
4.1 Requisitos processuais da ação executiva	1037
4.1.1 Legitimidade para a execução	1038
4.1.2 Interesse processual para a execução.....	1039
4.2 Princípios da execução	1041

5. Requisitos ou pressupostos processuais da execução	1042
5.1 Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento	1043
5.2 Pressupostos específicos do processo executivo	1044
6. Títulos executivos.....	1045
7. Cumulação de execuções.....	1051
8. Atos do processo executivo.....	1052
9. Partes na execução	1053
9.1 Posição do cônjuge ou companheiro na execução	1057
9.2 Sucessão processual na execução	1058
9.3 Litisconsórcio na execução	1059
10. Intervenção de terceiros no processo de execução	1060
11. Responsabilidade patrimonial.....	1064
11.1 Responsabilidade originária	1064
11.2 Responsabilidade secundária	1064
11.3 Responsabilidade envolvendo direito de superfície	1066
11.4 Fraude à execução	1067
11.4.1 Fraude à execução e bem não sujeito a registro	1069
11.4.2 Efeitos da alienação.....	1070
11.4.3 Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	1070
11.4.4 Fraude à execução x fraude contra credores.....	1071
12. Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	1072
2. Execuções em espécie (arts. 797 a 913).....	1079
1. Introdução.....	1079
2. Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813).....	1082
2.1 Execução para entrega de coisa certa	1082
2.2 Execução para entrega de coisa incerta.....	1083
3. Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823)	1085
3.1 Considerações gerais	1085
3.2 Execução das obrigações de fazer	1085
3.3 Execução das obrigações de não fazer.....	1087
4. Execução por quantia certa (arts. 824 a 909).....	1089
4.1 Considerações gerais	1089
4.2 Proposição da ação de execução	1089
4.2.1 Averbação da execução nos registros públicos.....	1090

4.3	Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora.....	1092
4.3.1	Impenhorabilidade.....	1097
4.3.2	Aspectos importantes relativos ao bem de família	1106
4.3.3	Indicação de bens à penhora	1113
4.3.4	Penhora por termo nos autos	1116
4.3.5	Arresto ou penhora <i>on-line</i>	1117
4.3.6	Penhora sobre bem indivisível	1125
4.3.7	Penhora de créditos.....	1126
4.3.7.1	Penhora no rosto dos autos.....	1127
4.3.7.2	Penhora de mão própria.....	1127
4.3.8	Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas	1128
4.3.9	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1128
4.3.10	Penhora de percentual de faturamento de empresa	1130
4.3.11	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1131
4.3.12	Avaliação dos bens penhorados	1133
4.3.13	Intimação da penhora.....	1134
4.3.14	Substituição da penhora.....	1136
4.3.15	Natureza e efeitos da penhora	1138
4.4	Expropriação.....	1139
4.4.1	Adjudicação	1139
4.4.2	Alienação (por iniciativa particular e por leilão judicial).....	1143
4.4.2.1	Atos preparatórios.....	1146
4.4.2.2	Do leilão	1149
4.4.2.3	Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação.....	1153
4.4.2.4	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação	1154
4.4.2.5	Desfazimento da arrematação	1156
4.4.2.6	Desistência unilateral do arrematante.....	1158
4.4.3	Apropriação de frutos e rendimentos.....	1158
4.5	Satisfação do crédito	1159

4.5.1	Pagamento parcelado.....	1160
4.5.2	Concurso de preferência	1161
4.5.3	Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados.....	1162
5.	Execução contra a fazenda pública (art. 910).....	1169
5.1	Embargos à execução contra a Fazenda Pública.....	1170
6.	Execução de alimentos (arts. 911 a 913)	1174
7.	Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980).....	1177
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973)	1189
8.1	Noções gerais	1189
8.2	Caracterização da insolvência	1190
8.3	Legitimação para a insolvência	1192
8.4	Competência para a insolvência	1192
8.5	Procedimento da insolvência	1192
8.5.1	Etapa de conhecimento	1193
8.5.2	Etapa da administração	1194
8.5.3	Etapa da liquidação	1196
8.6	Outros aspectos do processo de insolvência	1197
3.	Embargos do executado (arts. 914 a 920).....	1199
1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica.....	1199
2.	Embargabilidade da execução	1200
3.	Legitimidade e prazo para os embargos do executado.....	1201
4.	Juízo competente	1203
5.	Embargos à execução.....	1204
5.1	Matérias argúveis nos embargos à execução	1204
5.2	Procedimento dos embargos	1208
5.2.1	Postulação	1208
5.2.2	Cognição preliminar.....	1210
5.2.3	Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos	1213
5.2.4	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	1214
5.2.5	Impugnação aos embargos.....	1216
5.2.6	Audiência e julgamento dos embargos.....	1217
5.3	Parcelamento do objeto da execução.....	1218
6.	Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos	1219

4. Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925)	1227
1. Suspensão e extinção do processo de execução	1227
1.1 Da suspensão do processo executivo.....	1227
1.2 Da extinção da execução.....	1229

Parte Especial

Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

1. Precedente judicial (arts. 926 e 927).....	1235
1. Introdução.....	1235
2. Precedentes	1235
2.1 Noções fundamentais	1235
2.1.1 <i>Common law, civil law e stare decisis</i>	1235
2.1.2 Civil Law e a questão da segurança jurídica.....	1238
2.1.3 A convivência com o <i>stare decisis</i>	1239
2.1.4 Distinção: métodos e resultados da aplicação do <i>distinguishing</i>	1240
2.1.5 Incorporação do <i>overruling</i> e modulação dos efeitos das decisões.....	1241
2.2 A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro.....	1244
2.3 A força normativa dos precedentes no novo Código de Processo Civil.....	1245
2.3.1 Fundamentação das decisões judiciais.....	1246
2.3.2 Uniformização da jurisprudência.....	1246
2.3.3 Precedentes obrigatórios.....	1249
2.3.4 Precedentes e julgamento de improcedência liminar....	1252
2.3.5 Precedentes e reclamação constitucional.....	1253
2.4 Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no novo CPC	1254
2. Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 e 993)	1259
1. Introdução.....	1259
2. Ordem dos processos nos tribunais.....	1260
2.1 Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tribunais	1260

2.2	Das atribuições do relator	1261
2.3	Da preparação e do julgamento	1266
3.	Processos de competência originária dos tribunais.....	1272
3.1	Incidente de assunção de competência (art. 947)	1272
3.1.1	Noções gerais	1272
3.1.2	Requisitos	1272
3.1.3	Procedimento	1273
3.2	Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950)	1274
3.2.1	Noções gerais	1274
3.2.2	Legitimidade e momento para arguição da inconstitucionalidade	1275
3.2.3	Procedimento	1276
3.2.4	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	1277
3.3	Conflito de competência (arts. 951 a 959).....	1279
3.4	Homologação de decisão estrangeira e concessão do exequatur à carta rogatória (arts. 960 a 965)	1279
3.4.1	Noções gerais e inovações do novo CPC	1279
3.4.2	Execução de medidas de urgência	1281
3.4.3	Requisitos e competência	1282
3.4.4	Procedimentos.....	1283
3.4.5	Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira	1283
3.5	Ação rescisória (arts. 966 a 975).....	1285
3.5.1	Considerações gerais	1285
3.5.2	Decisão de mérito	1287
3.5.3	Natureza jurídica da ação rescisória.....	1289
3.5.4	Pressupostos da ação rescisória.....	1289
3.5.5	Rescisão x anulação do julgado.....	1300
3.5.6	Competência.....	1301
3.5.7	Legitimidade ativa.....	1302
3.5.8	Legitimidade passiva.....	1304
3.5.9	Prazo	1305
3.5.10	Procedimento da ação rescisória.....	1308
3.5.10.1	Petição inicial (art. 968)	1308
3.5.10.2	Depósito prévio	1311
3.5.10.3	Valor da causa	1312

3.5.10.4	Rescisão do julgado (<i>iudicium rescindens</i>) e reju­l­ga­men­to da demanda (<i>iudicium resciso­rium</i>)	1313
3.5.11	Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescindenda	1315
3.5.12	Defesa do réu	1315
3.5.13	Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória	1316
3.5.14	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória	1317
3.6	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987)	1325
3.6.1	Para uma melhor compreensão do instituto	1325
3.6.2	Diferenças e semelhanças com outros institutos	1329
3.6.3	Procedimento	1330
3.6.4	Suspensão dos processos	1332
3.6.5	Publicidade e manifestação de interessados	1332
3.6.6	Fundamentos do acórdão e recurso	1333
3.6.7	Tese paradigma e força normativa	1334
3.7	Reclamação (arts. 988 a 993)	1336
3.7.1	Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto	1336
3.7.2	Procedimento da reclamação no novo CPC	1339
3.7.2.1	Esgotamento de instâncias	1342
3.	Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008)	1345
1.	Teoria geral dos recursos	1345
1.1	Conceito	1345
1.2	Espécies e classificação dos recursos	1346
1.3	Princípios fundamentais dos recursos	1347
1.3.1	Duplo grau de jurisdição	1347
1.3.2	Taxatividade	1348
1.3.3	Singularidade	1348
1.3.4	Fungibilidade	1349
1.3.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1352
1.3.6	Voluntariedade	1353
1.3.7	Dialeiticidade	1353
1.3.8	Preclusão consumativa e complementaridade	1355
1.4	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	1356
1.4.1	Cabimento	1358

1.4.2	Legitimidade	1359
1.4.3	Interesse.....	1361
1.4.3.1	Interesse recursal e cumulação de pedidos....	1363
1.4.3.2	Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso.....	1364
1.4.4	Tempestividade.....	1365
1.4.5	Preparo	1371
1.4.6	Regularidade formal	1374
1.4.7	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer	1374
1.5	Efeitos dos recursos	1375
1.5.1	Efeito devolutivo	1375
1.5.2	Efeito translativo	1376
1.5.3	Efeito suspensivo.....	1377
1.5.4	Efeito substitutivo, expansivo e ativo.....	1378
1.6	Alcance do recurso do litisconsorte	1379
1.7	Recurso adesivo.....	1379
4.	Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044).....	1387
1.	Apelação (arts. 1.009 a 1.014).....	1387
1.1	Conceito	1387
1.2	Extinção do agravo retido e apelação no novo CPC	1388
1.2.1	O agravo retido no CPC/1973.....	1389
1.2.2	A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias.....	1390
1.3	Efeitos da apelação	1391
1.3.1	Efeito devolutivo e translativo	1391
1.3.2	Aplicação da teoria da causa madura	1393
1.3.3	Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação	1395
1.3.4	Efeito suspensivo.....	1395
1.4	Procedimento na apelação.....	1400
1.4.1	Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial.....	1401
1.4.2	Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332.....	1401
1.4.3	Substitutivo dos embargos infringentes	1402
2.	Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020)	1406
2.1	Noções gerais.....	1406

2.2	Hipóteses de cabimento	1407
2.3	Procedimento	1411
2.3.1	Prazo e formação do instrumento	1411
2.3.2	Comunicação ao juízo de primeiro grau.....	1414
2.3.3	Procedimento no tribunal.....	1415
2.3.4	Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de retratação.....	1416
3.	Agravo interno (art. 1.021)	1419
4.	Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026).....	1423
4.1	Conceito e cabimento	1423
4.2	Embargos com efeitos modificativos (infringentes).....	1425
4.3	Embargos para efeito de prequestionamento	1426
4.4	Procedimento	1427
4.4.1	Intempestividade por prematuridade.....	1428
4.5	Efeitos	1429
4.6	Embargos manifestamente protelatórios	1430
5.	Recurso ordinário (art. 1.027)	1432
5.1	Conceito e cabimento.....	1432
5.2	Procedimento	1434
6.	Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035).....	1436
6.1	Aspectos em comum	1436
6.1.1	Juízo de admissibilidade.....	1439
6.1.2	Vício formal em RE e REsp.....	1441
6.1.3	Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas	1441
6.1.4	Efeito suspensivo do RE e do REsp.....	1443
6.1.5	Efeito devolutivo do RE e do REsp	1443
6.1.6	Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibilidade.....	1444
6.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	1446
6.3	Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário	1447
6.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	1449
6.5	Procedimento dos recursos especial e extraordinário	1451
6.6	Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041)	1454
6.6.1	Particularidades do sobrestamento.....	1457

7. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042) ..	1458
8. Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044)	1463
8.1 Noções gerais	1463
8.2 Cabimento.....	1464
8.3 Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordinário	1465

Parte VI – Disposições Finais e Transitórias

1. Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072).....	1471
1. Introdução.....	1471
2. A <i>vacatio legis</i> do novo CPC.....	1471
3. Aplicação do novo CPC aos processos em curso.....	1473
3.1 Processos regulados pelo CPC/1939	1474
4. Processos com tramitação prioritária (art. 1.048)	1476
5. Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051)	1477
6. Insolvência civil.....	1477
7. Regras especiais de transição	1477
7.1 As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do novo CPC.....	1477
7.2 Prescrição intercorrente	1478
7.3 Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional	1479
7.4 Depósitos judiciais	1480
7.5 Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	1481
8. Alterações legislativas	1481
8.1 Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996	1481
8.2 Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem....	1482
8.3 Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais.....	1482
8.3.1 Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais.....	1483
8.3.2 Embargos de declaração.....	1484
8.4 Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.....	1486
9. Dispositivos revogados.....	1487

10. Usucapião administrativo ou extrajudicial	1490
10.1 Competência.....	1490
10.2 Requerimento da parte interessada	1490
10.3 Procedimento	1492
10.4 Não obrigatoriedade da via administrativa	1493
10.5 Intervenção do Ministério Público.....	1493
Referências bibliográficas	1495